FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 18/05/2022 - 05:59

TCU deve aprovar hoje processo para privatizar Eletrobras

TCU deve dar hoje aval definitivo para a privatização da Eletrobras

Vital do Rêgo apresentará voto divergente, mas maioria tende a se manifestar favoravelmente

Julio Wiziack

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) deve aprovar, nesta quarta-feira (18), o processo de privatização da Eletrobras, paralisado há quase um mês por um pedido de vista do ministro Vital do Rêgo.

Esse será o último obstáculo a ser vencido no tribunal para permitir a venda da estatal de energia. Outras etapas já haviam sido avalizadas pelo TCU neste ano.

Embora Vital deva apresentar um voto divergente propondo mais diligências —o que atrasaria o processo e poderia eliminar a chance de a operação ir adiante neste ano—, ele não deve obter maioria, segundo pessoas que participam das discussões nos gabinetes dos ministros.

Ouvidos pela **Folha** sob anonimato, três ministros afirmaram que já existe consenso em torno da proposta relatada pelo ministro Aroldo Cedraz. A expectativa do lado do governo e da empresa também é de aprovação.

Em síntese, ele vai discordar sobre a forma como os provisionamentos realizados pela companhia reduziram dividendos pagos à União —preocupação primordial da análise no TCU, plenário que tenta evitar perdas e danos para a União.

Técnicos do tribunal afirmam que, de fato, a Eletrobras ampliou seu provisionamento (espécie de reserva para quitar possíveis pendências, como processos judiciais) de R$ 17 bilhões para R$ 26 bilhões até o terceiro trimestre do ano passado, o que reduziu o lucro contábil da empresa. Com isso, os dividendos dos acionistas sofreram queda.

Vital propõe que esse lucro seja devolvido caso, após a privatização, esse "colchão" não seja gasto, o que seria uma perda para a União.

Na privatização, a União quer reduzir sua participação na empresa dos atuais 72% para cerca de 45%. A expectativa é gerar R$ 25 bilhões em outorgas pagas à vista à União, um depósito parcelado em cinco anos de R$ 32 bilhões à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), responsável pelo abatimento das contas de luz, e investimentos na ampliação de manutenção da bacia do rio São Francisco.

Segundo ministros, Vital tenta convencer seus colegas a modificar a proposta prevendo uma espécie de hedge (proteção) contra essa possível perda.

Os ministros resistem porque qualquer alteração poderá exigir nova análise, aumentando a chance de um pedido de vista —o que, a essa altura, postergaria a análise definitiva do processo para o próximo governo.

Na semana passada, representantes do governo fizeram um périplo pelos gabinetes dos ministros do TCU para "apararar arestas". Nesta semana, as reuniões continuaram.

Apesar de ainda esperar o aval definitivo do órgão de controle, o governo já planeja os próximos passos —o registro do processo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e na SEC (Securities and Exchange Commission, a CVM americana).

O ministro Paulo Guedes (Economia) não quer perder tempo e corre contra o relógio para tentar viabilizar a operação ainda neste semestre, antes que a janela de oportunidade na Bolsa de Valores se feche.

Apesar das condições adversas do mercado, o governo ainda tem esperança de concretizá-la. A interpretação é que a Eletrobras é valiosa e que pode gerar bons resultados a médio prazo, caso seja bem administrada.

Para a empresa e o governo, a privatização ainda pode acontecer em uma janela que se fecha em meados de agosto.

Entretanto, as condições de mercado em 2022 são reconhecidas por essas pessoas como o principal risco ao processo. Como a operação será feita na Bolsa, a aproximação do calendário eleitoral tende a aumentar a tensão entre investidores e pode, por consequência, inviabilizar a operação.

Quanto mais o tempo passa, maior o risco de turbulência. Na equipe econômica, são manifestadas dúvidas acerca da real viabilidade do processo ainda neste ano —embora a palavra final seja de que o processo tem chance de avançar.

Colaboraram Fábio Pupo e Nathalia Garcia

Continua na pág. A16

Passos da operação

- Medida provisória sobre o processo **(concluído)**
- Lei decorrente da medida provisória **(concluído)**
- Estudos **(concluído)**
- Audiência pública **(concluído)**
- Aprovação pelos acionistas **(concluído)**
- Protocolo no TCU **(concluído)**
- Julgamento do TCU
- Protocolo da operação na CVM e na SEC
- Apresentações para atrair investidores ("roadshow")
- Precificação ("pricing")
- Operação na Bolsa

TCU deve dar hoje aval definitivo para a privatização da Eletrobras

Continuação da pág. A15

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, defendeu nesta terça-feira (17) que a privatização da empresa seja feita "no menor prazo possível", para evitar risco de perda de valor com as férias no hemisfério Norte e a proximidade com as eleições presidenciais no Brasil.

"É uma janela de mercado que resulta em mais benefícios não só para a companhia mas também para a União, que é acionista majoritária da companhia", completou, em entrevista para detalhar o lucro de R$ 2,7 bilhões registrado pela companhia no primeiro trimestre.

A empresa de energia esperava oferecer as ações ainda antes da divulgação do balanço, usando como referência os dados consolidados de 2021, mas pedido de vista do ministro do TCU Vital do Rego forçou o adiamento da operação.

Limp afirmou que a empresa ainda trabalha para concluir a operação no segundo trimestre.

Colaboraram Fábio Pupo, Nathalia Garcia e José Marques, de Brasília, e Nicola Pamplona, do Rio

> **É uma janela de mercado que resulta em mais benefícios não só para a companhia mas também para a União, que é acionista majoritária da companhia**
>
> **Rodrigo Limp**
> presidente da Eletrobras

Deputados do PT vão ao Supremo pedir suspensão da venda

Na noite desta terça-feira (17), deputados do PT pediram ao STF (Supremo Tribunal Federal) que suspenda, por meio de uma decisão liminar (provisória), o julgamento do processo de privatização da Eletrobras pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo os parlamentares, não foram divulgadas as versões integrais de estudos de impacto tarifário, apenas informes técnicos sem muita explicação.

Eles afirmam que a divulgação ampla dessas informações foi determinada pelo próprio TCU.

Os congressistas também afirmam que não foram levadas em contas obrigações —como a contratação de térmicas a gás natural e pequenas centrais hidrelétricas— na estimativa do impacto do cálculo tarifário. O pedido ainda não foi analisado pelo Supremo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 15 e 16

Copyright © Clipclap 2025.